

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 12.02.2025

No dia 12 de fevereiro de 2025, às 14h30, no formato híbrido, teve início a Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC/PE. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros(as) Titulares: **Augusto Ferrer de Castro Melo; Bárbara Pereira Collier Melo; Nivaldo Jorge da Silva; Fernando Pereira; Marcelo Alexandre Balbino dos Santos; Arthur Bruno de Medeiros Teti ; Carlos Eduardo Sales de Melo; Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa; Fábio Alexandre Melo Ferreira da Silva; Joab Henrique da Silva; Rafael Farias de Almeida; Wagner Staden de Vasconcelos Egito; Cleonice Maria dos Santos; Gilmar Correia da Silva; Roberto Gercino; Wllyssys Wolfgang Reis Dias Araújo e Filipe Moura.** Conselheiros Suplentes: **Gerlane Souza de Lima; Maria da Conceição Cardoso da Silva e Renan Cabral da Silva.** **Rafael Farias** deu início à terceira reunião do ano, considerando extraordinária a realizada na semana anterior. A pauta incluiu informes gerais, devolutivas do PNAB, eleições setoriais, sistematização do planejamento, um pedido de inversão de pauta pela Secult e informações sobre o Mapa Cultural, apresentadas por Irene Veiga. Igor apresentou a sistematização do questionário em que os conselheiros priorizaram temas estratégicos, destacando os editais como o item mais votado. Com isso, os editais foram priorizados na pauta. Também houve menção ao grupo de trabalho da reunião descentralizada, que seria tratado posteriormente. Rafael informou que a pauta foi invertida para aguardar a presença de representantes do governo na discussão sobre a PNAB, visando obter respostas sobre pagamentos pendentes. Igor apresentou um documento sistematizado, que foi compartilhado para garantir transparência. Rafael relatou que esteve em Recife para tratar dos pagamentos da PNAB, enfrentando dificuldades na comunicação remota. Ele recebeu a informação de que os pagamentos começaram com atraso devido à questões burocráticas e climáticas. Além disso, levantou questionamentos sobre o apoio financeiro concedido pela EMPETUR à Escola de Samba Unidos do Viradouro, destacando a necessidade de entender o tipo de aporte realizado. Ele sugeriu que o Conselho solicitasse esclarecimentos formais sobre o assunto. **Arthur Teti** mencionou que o apoio solicitado envolvia o custeio de 70 juremeiros no Rio de Janeiro, algo que ele considera válido, mas destacou a necessidade de esclarecer os detalhes. **Rafael Farias** reforçou essa preocupação, apontando que a postagem indicava um "patrocínio da EMPETUR", sem especificar se se tratava de um aporte financeiro ou outro tipo de suporte. Ele ressaltou que, enquanto há dificuldades para viabilizar reuniões e financiamentos locais, esse tipo de apoio externo levanta questionamentos. Embora reconheça a importância de intercâmbios culturais, enfatizou a necessidade de comunicação transparente para evitar desinformação e preservar a relação entre o Conselho e o governo. Rafael apresentou a metodologia utilizada por Igor para sistematizar as prioridades votadas pelos conselheiros, destacando a classificação e a análise dos

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 12.02.2025

números. **Thaynna** questionou a interpretação das colunas e a quantidade de votos, enquanto Igor explicou que a votação deveria ranquear prioridades, mas houve confusão entre numeração e notas de importância, exigindo ajustes na análise. Durante a discussão, **Willyssys Wolfgang** reforçou a necessidade de compreender o critério de distribuição de recursos, citando a requalificação de um museu em Recife com 100% de aporte da PNAB, enquanto o interior ficou sem investimento. Ele criticou a falta de recursos para reuniões descentralizadas no Sertão, contrastando com o financiamento para levar 70 pessoas ao Rio de Janeiro, e cobrou justificativas plausíveis sobre essa disparidade. **Rafael** explicou que os votos foram divididos em dois grupos de compreensão, e Igor consolidou os resultados para definir um ranking final. As prioridades ficaram assim: Elaboração de editais; Funcultura/mecenato; PNAB; Ciclos culturais (junino, carnavalesco e das paixões); Pernambuco Meu País; Atualização da legislação do CEPC; Eleição do CEPC; Reuniões descentralizadas; Alteração do Regimento; Festival de Inverno de Garanhuns (FIG). Rafael destacou que essa lista servirá como base para as pautas das próximas reuniões, mas não era fixa e poderia ser ajustada conforme às necessidades do Conselho. Ele reforçou a importância de discutir os editais de 2025 com antecedência, evitando surpresas, sejam elas positivas, como o edital de salvaguarda do patrimônio, ou negativas para a classe artística. Antes de avançar para os informes, ele abriu espaço para que os conselheiros comentassem os pontos já apresentados. **Marcelo de Ogum** destacou sua defesa da classe artística e solicitou o envio de um ofício à Prefeitura da Ilha de Itamaracá para questionar o fechamento da Secretaria de Turismo e Cultura, apesar de a secretária continuar recebendo salário. Ele criticou a justificativa da prefeitura de estado de calamidade, enquanto eventos como o show de Priscila Senna receberam apoio da EMPETUR. Também apontou a falta de transparência sobre o Carnaval e outros eventos culturais, reforçando a importância de valorizar a cultura popular. **Rafael Farias** colocou em votação o envio de ofícios para esclarecimentos sobre dois pontos: o patrocínio da EMPETUR à escola de samba Viradouro e a situação da Secretaria de Turismo e Cultura de Itamaracá. O primeiro foi aprovado sem objeções, e um texto será elaborado no grupo antes do envio oficial. Já sobre a secretaria de Itamaracá, Nivaldo discordou do pedido, argumentando que não é função do Conselho Estadual de Cultura intervir em uma questão municipal e sugerindo que o tema seja tratado pela Câmara de Vereadores local. Por outro lado, Marcelo de Ogum defendeu que o Conselho de Política Cultural deve intervir em questões municipais, como o fechamento da Secretaria de Turismo e Cultura de Itamaracá, destacando que artistas e artesãos têm buscado esclarecimentos sobre o assunto. **Nivaldo**, por outro lado, se opôs, sugerindo que o assunto fosse tratado pela Câmara de Vereadores, não pelo Conselho Estadual de Cultura. **Cleonice Maria**, alinhada à posição de Nivaldo, retirou sua fala, apoiando a proposta de Nivaldo e considerando desnecessária a discussão no âmbito do

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 12.02.2025

Conselho. **Rafael Farias** colocou em votação duas propostas: uma do Rei Marcelo, que sugeria enviar um ofício pedindo esclarecimentos à Prefeitura de Itamaracá, e outra de Nivaldo, que defendia que o Conselho não deveria se envolver em questões municipais. A votação resultou em 4 votos favoráveis à proposta do conselheiro Nivaldo Jorge, 2 contrários e 3 abstenções. Em seguida, foi discutida a questão das eleições setoriais. **Marcelo de Ogum** e **Cleonice** defenderam seguir o Regimento do Conselho, que estipula que a eleição setorial deve ocorrer após a eleição do Conselho. Contudo, **Bárbara Collier** questionou esse processo e pediu a Edvaldo que buscasse alternativas. Ao final, a proposta de seguir o Regimento foi predominante. **Rafael Farias** propôs agilizar a reunião e dar continuidade ao processo, mencionando a presença on-line da secretária executiva Yasmin Neves para esclarecer pautas. **Alexandre Melo** expressou sua preocupação com a tentativa de desrespeitar o Regimento do Conselho, comparando isso a um "golpe", ressaltando que o Regimento é a "constituição" do Conselho. **Rafael Farias** discordou, explicando que o Regimento prevê uma eleição setorial desde o ano passado, mas ela não foi realizada por diversos motivos, e agora a situação precisava ser resolvida, mesmo que com ajustes no Regimento. **Thaynna** sugeriu que, caso a comissão eleitoral não conseguisse chegar a um acordo, a questão seria levada ao pleno, uma vez que este tem autoridade para decidir. Ela afirmou que a eleição setorial é necessária, mesmo que ocorra ao final, e destacou que, embora defasado, o Regimento precisa ser atualizado. **Rafael Farias** explicou que a eleição setorial não foi realizada conforme o Regimento, e agora, após um ano, a situação precisava ser resolvida. Ele sugeriu que a comissão eleitoral trouxesse uma proposta na próxima reunião para avançar no processo. **Alexandre** discordou e sugeriu que a eleição setorial fosse adiada até depois da eleição do Conselho, defendendo a ideia de fortalecer as bases setoriais primeiro. **Rafael Farias**, no entanto, não estava seguro quanto a essa proposta e sugeriu mais discussão. **Cleonice** propôs seguir o Regimento e aguardar o fim do mandato atual antes de realizar a eleição setorial, destacando que a eleição poderia ocorrer após o encerramento do mandato, o que permitiria fortalecer as bases. **Nivaldo** também concordou que, embora as comissões setoriais pudessem dar um "gás" ao processo, a eleição das setoriais em 45 dias podia ser difícil, dada a proximidade das próximas eleições do Conselho. Ele sugeriu que as comissões setoriais ajudassem a mobilizar a base, mas reforçou que é importante planejar para que tudo esteja pronto dentro do tempo restante. **Rafael** anunciou que não colocaria a questão em votação imediatamente, optando por pedir à comissão para se reunir novamente e trazer uma proposta na próxima reunião. Ele destacou a importância de cumprir o Regimento, que orienta o processo de eleição. **Eduardo Lima**, do Instituto da Cidadania, fez uma denúncia sobre o resultado do edital de Pontões de Cultura, no qual sua instituição ficou em segundo lugar, mas teve seu recurso indeferido. Ele criticou a seleção da Federação do Povo de Julho, questionando a validade de uma instituição

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 12.02.2025

que não possui certificação como ponto de cultura ser contemplada, enquanto a sua instituição, com maior pontuação, foi deixada de fora. Eduardo também questionou o uso das cotas de forma que poderia desvirtuar a meritocracia, e pediu que o Conselho acompanhasse o processo e buscasse esclarecimentos sobre a situação. **Rafael** compartilhou que recebeu três denúncias relacionadas à Federação do Quadrinho de Pernambuco, questionando a seleção da instituição no edital. Embora não pudesse tomar partido, encaminhou as denúncias aos órgãos competentes e informou que Yasmin deve apresentar mais detalhes sobre o assunto. Rafael também mencionou que foi procurado por jornalistas, mas preferiu aguardar esclarecimentos da Secretaria de Cultura antes de dar declarações. **Eduardo**, agradecendo a Cleonice, esclareceu que faz parte da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e da Comissão de Gestão Compartilhada de Cadastro do Ministério da Cultura. Ele se comprometeu a acompanhar a situação em Pernambuco. **Cleonice**, em sua intervenção, explicou que o recorte para os Pontões de Cultura no edital foi feito pelo Ministério da Cultura, com o objetivo de priorizar Pontos e Pontões que há anos enfrentavam dificuldades. Ela destacou que a situação deveria ser investigada, especialmente porque duas entidades com bom histórico e atuação ficaram de fora, enquanto a Federação das Quadrilhas Juninas de Pernambuco (FAQUAJUP), que não possuía certificação como Ponto de Cultura, foi selecionada. **Rafael** destacou que gostaria de uma solução que atendesse a todos os Pontões de Cultura sem criar conflitos. Ele também defendeu a importância da Federação para a Cultura Popular no Estado. **Thaynna Leocádio** fez uma análise da situação, reforçando que o parecerista cometeu erros ao citar um item inexistente e que a proposta de Tainá foi reenviada ao mesmo parecerista, que manteve a desclassificação. Ela também destacou a divergência em relação à autodeclaração de Tainá como mulher negra e LGBTQ+. **Rafael Farias** agradeceu a Thaynna e mencionou que discutirá, nos próximos dias, a questão dos indutores e a regionalização. Ele também ressaltou a importância de debater os pareceristas com Yasmin, que apresentou uma nova proposta sobre o tema. Além disso, comentou sobre a aplicação da Lei de Leitura Viva e a redução do valor destinado ao programa, com 40% dos recursos sendo direcionados aos centros de cultura de Pernambuco, o que impactou o orçamento. **Rafael** concluiu mencionando que Yasmin Neves traria informações que poderiam esclarecer algumas questões. **Yasmin Neves** se desculpou pela ausência parcial na reunião, explicando que estava lidando com a chegada de uma pauta importante do Ministério. Ela falou sobre os pagamentos de recursos, informando que, dos 2.173 processos, 1.131 já foram pagos e que os pagamentos dos técnicos começaram com atraso devido a problemas no sistema. Yasmin também explicou que a prioridade é quitar os valores dos premiados antes do Carnaval, para que pudessem realizar suas ações. Ela garantiu que os pagamentos estão em andamento e que as informações financeiras seriam compartilhadas com o Conselho. **Rafael** cobrou agilidade nos pagamentos, especialmente

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 12.02.2025

para os grupos carnavalescos, destacando que o recurso deveria ser liberado com antecedência para que os artistas pudessem preparar suas produções. Ele reconheceu o esforço da equipe da **Secult**, mas pediu a aceleração dos processos, pois a cadeia produtiva da arte dependia de um fluxo rápido de dinheiro. Ele solicitou que os pagamentos começassem naquela semana para que os artistas pudessem se preparar para o Carnaval. **Yasmin Neves** respondeu detalhando os esforços para agilizar os pagamentos. Ela informou que estão sendo realizados 50 empenhos por dia e que o problema de lentidão não está na equipe, mas sim na limitação do sistema bancário, que disponibiliza apenas três senhas de pagamento para liberar os recursos. Em relação ao valor dos pagamentos, Yasmin mencionou que, até o momento, foram enviados ao banco mais de **R\$ 6,5 milhões** (valor corrigido para **R\$ 9 milhões**) para os contemplados. Além disso, ela explicou que o montante a ser pago variava conforme o lote e o processo de liberação financeira. A equipe da Secult está trabalhando para pagar o maior número possível de contemplados antes do Carnaval e, à medida que as pendências forem resolvidas, os pagamentos continuarão sendo feitos. Sobre os suplentes, explicou que, após a finalização dos pagamentos dos contemplados, seria realizada uma análise dos suplentes, mas ainda não havia um calendário definido para a chamada. Além disso, ela desmentiu rumores sobre novos editais a serem lançados em 2024, afirmando que, no momento, o foco era finalizar os pagamentos do edital vigente. **Rafael** questionou a Secretaria de Cultura sobre a denúncia referente ao Pontão de Cultura, feita pelo Instituto Intercidadania, solicitando a confirmação de que o resultado publicado estava correto. **Yasmin** explicou que a Secretaria estava respondendo formalmente sobre o remanejamento das vagas e que, após o esclarecimento, o resultado seria mantido. **Rafael** também perguntou sobre o processo de ranqueamento dos Pontões de Cultura, buscando entender como os projetos são classificados. **Yasmin** confirmou que os projetos são analisados por número de inscrição e que o ranqueamento era realizado com base em critérios técnicos, como regionalização e políticas afirmativas. Ela detalhou o funcionamento da chamada "caixinha" de critérios e como os projetos são classificados conforme suas notas dentro de cada categoria. Sobre os pagamentos, a secretária executiva explicou o processo de envio dos valores para o banco, que envolve várias etapas: a equipe financeira gera um empenho, liquida o lote e autoriza a execução no sistema. O pagamento é feito pelo Banco do Brasil, e a confirmação do recebimento pelos contemplados ocorre 48 horas após a liberação do pagamento. Yasmin reforçou que o processo pode ser mais demorado quando há problemas com o sistema bancário ou com a validação das contas, especialmente no caso de contas digitais ou não convencionais. Ela solicitou que os contemplados abrissem contas em bancos físicos para facilitar o processo. **Rafael** agradeceu a Yasmin pela explicação detalhada sobre o processo bancário e pediu paciência à classe artística, destacando que muitos artistas não têm experiência com processos financeiros. Ele também

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 12.02.2025

solicitou que ela enviasse um retorno ao Instituto Intercidadania sobre as cotas para o Grupo dos 80, pois há questionamentos sobre o uso das cotas destinadas a indígenas nos Pontões de Cultura. Ele ressaltou que, após essa devolutiva, o Instituto poderia seguir com as ações jurídicas cabíveis. **Willyssys Wolfgang** fez questionamentos adicionais, incluindo a quantidade de projetos de gastronomia contemplados, que não atingiram a quantidade prevista no edital. Ele também apontou reclamações sobre a apuração das denúncias na ouvidoria da Secult, que estariam sendo tratadas de maneira superficial e poderiam prejudicar o edital. Além disso, mencionou a falta de um edital de premiação para os Pontões de Cultura, o que gerou insatisfação entre coletivos e outros projetos. Ele reforçou a necessidade de não haver apenas um parecerista por projeto, para evitar disparidades nas notas. **Cleonice** também destacou falhas nos editais, como a ausência de certificação de muitos coletivos que não possuíam CNPJ, e lamentou a inexistência de um edital de premiação para os Pontões de Cultura. Ela questionou se o pagamento de suplentes nos editais seria uma prática contínua e solicitou esclarecimentos sobre as cotas, especialmente em relação à inclusão de negros nas políticas afirmativas quando não há indígenas. **Yasmin** explicou que, no caso do edital, quando não há indígenas, as vagas são remanejadas para pessoas negras e, se não houver negros, para outros concorrentes, conforme as regras do processo de remanejamento. Ela mencionou que muitos projetos não conseguiram enviar toda a documentação necessária, mas os que enviaram serão avaliados e, caso necessário, os suplentes serão chamados. Yasmin ressaltou que ainda não é possível confirmar se os suplentes de todos os editais serão pagos, pois isso está em discussão. **Thaynna** questionou a seleção dos projetos de gastronomia, pois o edital previa 12 projetos contemplados, mas apenas 6 foram selecionados. Ela buscava entender se os critérios de regionalização e políticas afirmativas influenciaram essa seleção e se os projetos foram escolhidos com base no ranking geral ou dentro da linguagem de gastronomia. **Yasmin** respondeu que a palavra "aproximadamente" foi usada no edital porque critérios de regionalização e cotas influenciam a distribuição das vagas. Ela informou que o Ministério da Cultura está discutindo ajustes para aprimorar esse processo nas futuras edições e que o edital de 2025 trará inovações nesse sentido. **Rafael** expressou preocupação com os recortes de linguagem nos editais, alertando para o risco de desequilíbrio entre diferentes áreas culturais, como cultura popular, artes visuais e gastronomia. Ele destacou a importância de garantir que todas as regiões do estado sejam atendidas de maneira equitativa. **Rob Silva** iniciou sua fala defendendo as cotas e citou a escritora Livia Santana, mencionando sua obra sobre cotas raciais no feminismo. Ele ressaltou que as cotas não devem ser confundidas com julgamento de mérito e destacou a importância do princípio da proporcionalidade, especialmente em Pernambuco, onde 65% da população é negra. **Eduardo Lima** enfatizou a necessidade de debater as ações afirmativas com base em argumentos legais e dados concretos. Ele mencionou que o Estado deveria implementar

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 12.02.2025**

um plano de reparações práticas para lidar com problemas históricos, como violência doméstica e o legado da escravidão. Na reunião, vários participantes destacaram a importância de fortalecer a cultura e garantir apoio a diferentes grupos culturais. **Natalie**, representando as quadrilhas juninas, defendeu o reconhecimento do movimento e alertou sobre a necessidade de buscar informações corretas para evitar desinformação. **Rafael** concluiu a reunião sugerindo maior envolvimento do governo com os artistas e expressou o desejo de marcar uma reunião informal para discutir os desafios enfrentados pelos circos no cumprimento de projetos culturais. Eu, **George André Gomes Bezerra**, Servidor Público, na ausência da Secretária Amanda Carneiro, lavrei a presente ata, que depois de achada conforme, será assinada por mim e pelos (as) demais presentes na reunião.

George André Gomes Bezerra (Servidor Público)

Rafael Farias Almeida (Presidente)

Augusto Ferrer de Castro Melo

Barbara Pereira Collier

Nivaldo Jorge da Silva

Fernando Pereira

Marcelo Alexandre Balbino dos Santos

Arthur Bruno de Medeiros Teti



Secretaria
de Cultura



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 12.02.2025**

Carlos Eduardo Sales de Melo

Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa

Fabio Alexandre Melo Ferreira Lacerda Sousa

Joab Henrique da Silva

Wagner Staden de Vasconcelos Egito

Cleonice Maria dos Santos

Gilmar Correia da Silva

Roberto Gercino

Wllyssws Wolfgang Reis Dias de Araújo

Filipe Moura

Gerlane Souza de Lima



Secretaria
de Cultura



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 12.02.2025**

Maria da Conceição Cardoso da Silva

Renan Cabral da Silva